

ANÁLISE DA RURALIDADE NA MICRORREGIÃO DE POUSO ALEGRE – MINAS GERAIS

Analysis of rurality in the microregion of Pouso Alegre – Minas Gerais

Análisis de la ruralidad en la microrregión de Pouso Alegre – Minas Gerais

Guilherme Antonio Poscidonio Vieira Camilo

Recebido em julho de 2019. Publicado em outubro de 2019.

Resumo: O êxodo rural mudou a dinâmica da população brasileira no século XX. Baseado nos dados do IBGE, o Brasil passou de um “país rural” para um “país urbano”, a partir da década de 1970, quando a população vivendo nas cidades ultrapassou a população que vivia no campo. Todavia, analisando o processo de urbanização no país, pode-se dizer que grande parte das cidades formadas podem ser consideradas “cidades rurais”, devido à ruralidade presente em sua constituição. O objetivo do artigo é avaliar os dados sobre a população da Microrregião de Pouso Alegre/MG, utilizando a abordagem territorial da ruralidade proposta pela OCDE, adaptada por José Eli da Veiga para a realidade brasileira, ampliada e aplicada por Schneider e Blume (2004), para verificar se a ruralidade é relevante nessa microrregião. Aplicando a metodologia citada, chegou-se à conclusão que a microrregião de Pouso Alegre é “Relativamente Rural”.

Palavras-chave: ruralidade; população rural; população urbana.

Abstract: *The rural exodus changed the dynamics of the Brazilian population in the 20th century. Based on IBGE data, Brazil moved from a "rural country" to an "urban country" from the 1970 years onwards, when the population of the cities surpassed the population living in the countryside. However, analyzing the process of urbanization in the country, it can be said that most of the cities formed can be considered "rural cities" due to the rurality present in its constitution. The aim of this paper is to evaluate data on the population of the Microregion of Pouso Alegre, in the Brazilian State of Minas Gerais, using the territorial approach of rurality proposed by the OECD, adapted by José Eli da Veiga for the Brazilian reality, amplified and applied by Schneider and Blume (2004), to verify if rurality is relevant in this microregion. Applying the mentioned methodology, it was concluded that the microregion of Pouso Alegre is "Relatively Rural".*

Keywords: *rurality; rural population; urban population*

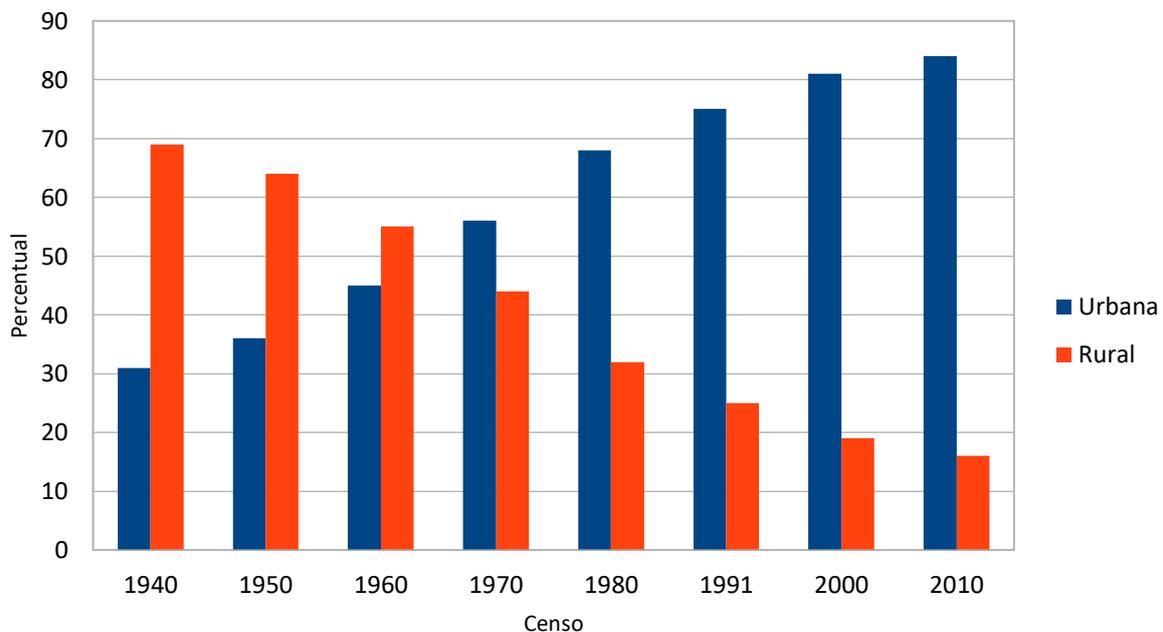
Resumen: *El éxodo rural cambió la dinámica de la población brasileña en el siglo XX. Según los datos del IBGE, Brasil pasó de un "país rural" a un "país urbano", a partir de la década de 1970, cuando la población que vivía en las ciudades superaba a la población que vivía en el campo. Sin embargo, al analizar el proceso de urbanización en el país, se puede decir que la mayoría de las ciudades formadas pueden considerarse "ciudades rurales" debido a la ruralidad presente en su constitución. El objetivo de este trabajo es evaluar los datos sobre la población de la Microrregión de Pouso Alegre / MG, utilizando el enfoque territorial de la ruralidad propuesto por la OCDE, adaptado por José Eli da Veiga para la realidad brasileña, ampliado y aplicado por Schneider y Blume (2004), para verificar si la ruralidad es relevante en esta microrregión. Aplicando la metodología mencionada, se concluyó que la microrregión de Pouso Alegre es relativamente rural.*

Palabras-clave: *ruralidade; población rural; población urbana.*

INTRODUÇÃO

O êxodo rural mudou a dinâmica da população brasileira no século XX. O Brasil passou de um “país rural” para um “país urbano”, em um movimento que se iniciou a partir da década de 1940 e que viu, na década de 1970, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população vivendo nas cidades ultrapassar a população vivendo no campo. A diferença vem aumentando a cada censo, conforme Figura 01.

FIGURA 01 – POPULAÇÃO URBANA E RURAL NO BRASIL



FONTE: IBGE (2010)

Mas as estatísticas oficiais do IBGE retratam de fato a passagem de uma sociedade rural para uma urbano-industrial no Brasil? Qual foi o impacto disso em uma região como o Sul de Minas Gerais, que apresenta grande quantidade de cidades, em sua maioria de pequeno porte, com forte presença de atividades agropecuárias?

Para tentar responder a essas perguntas, fazendo um recorte na região citada, o objeto de estudo do presente artigo será a Microrregião de Pouso Alegre, que se destaca na produção de hortícolas, característica diversa da encontrada em outros municípios do Sul de Minas Gerais, em que o café é o produto principal.

Como o termo região está associado à ideia de diferenciação de áreas, baseada em conceitos e critérios específicos, é relevante o recorte por Microrregiões, que são definidas como “partes das Mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do Espaço” (IBGE, 1990 *apud* Diniz e Batella, 2005). Diniz e Batella (2005) continuam afirmando que essas especificidades referem-se à agropecuária, indústria, entre outros fatores, em que as microrregiões não são áreas autossuficientes e que essa divisão associou critérios de homogeneidade e interdependência (relação entre os lugares), como exemplo a produção, distribuição, troca e consumo, na repartição do espaço nacional. Como se tentará demonstrar ao longo do artigo, a Microrregião de Pouso Alegre apresenta características próprias, entre elas a ruralidade, que a diferenciam das microrregiões de seu entorno.

O objetivo do artigo é avaliar os dados sobre a população da Microrregião de Pouso Alegre, utilizando a abordagem territorial da ruralidade proposta pela OCDE, adaptada por José Eli da Veiga para a realidade brasileira, ampliada e aplicada por Schneider e Blume (2004), para verificar se a ruralidade é marcante nessa microrregião.

O município de Pouso Alegre, que teve sua origem como cidade de pouso de tropas e mulas, segundo Deffontaines (1944), viu sua população crescer exponencialmente nos últimos anos, passando de 81.836 habitantes em 1991 para 130.615 em 2010 (IBGE, 2010), um aumento de aproximadamente 60%. Isso aconteceu por conta de alguns fatores como a localização entre duas importantes capitais brasileiras (São Paulo e Belo Horizonte) e a desconcentração industrial para a região, que ocorreu com maior intensidade a partir da década de 1990, especialmente a partir da duplicação do trecho entre as capitais citadas, da Rodovia BR-381, que nesse trecho recebe o nome de Fernão Dias, finalizada em 2005 (BRANQUINHO e SILVA, 2018).

MATERIAIS E MÉTODOS

Serão levantados os dados secundários e informações de diversas fontes, como artigos científicos e no site do IBGE. A metodologia a ser utilizada é a análise qualitativa e quantitativa do material.

Serão comparados e cruzados os dados do Censo 2010 e Censo Agropecuário 2006, referentes à população, População Economicamente Ativa Agrícola, densidade demográfica, além do Produto Interno Bruto dos Municípios, disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

A aplicação da metodologia proposta por Schneider e Blume (2004), que, baseados nos estudos de Veiga e da OCDE, buscaram alternativas às definições de localização do rural do IBGE e redefiniram a ruralidade, contribuiu para trazer outra perspectiva de dimensão e localização do rural no espaço.

Dessa forma, serão produzidos mapas e analisados os resultados que nos permitirão verificar como a Microrregião de Pouso Alegre pode ser considerada do ponto de vista da ruralidade.

Referencial Teórico

O processo de urbanização no Brasil, que as estatísticas oficiais mostram e brevemente descrito na introdução, se deu de maneira desigual entre suas regiões, por meio de processos históricos gerais, que se refletiram nos locais. O processo de colonização do país, como demonstram Holanda *apud* Wanderley (2009) e Deffontaines (1944) foi estruturado em uma “civilização agrária”, hostil à formação de cidades, que começa a se modificar no século XX, quando a população urbana ultrapassa a população rural, a partir da formação de uma rede de cidades, que precariamente recebem contingentes enormes do campo, expulsos por conta da Revolução Verde e atraídos por “melhores oportunidades” nas cidades que se industrializavam. Isso criou a ideia de rural como sinônimo de atrasado e de urbano como sinônimo de moderno.

Maia (2015) afirma que foi com o modo de produção capitalista que surgiu essa ideia, que foi construída historicamente, por meio dos elementos de subjetivação ideológica como a modernidade, a urbanidade e o eurocentrismo. Essa construção social, para o autor, levou o mundo rural a ser considerado um elemento subalterno ao urbano, que por meio do discurso e do imaginário geográfico, foi conformando a organização espacial brasileira.

Alentajano (2003) defende que se deve desmistificar as associações tradicionalmente feitas entre rural e agrícola, natural e atrasado e urbano como sinônimo de moderno, industrial e artificial. Para isso, dá os seguintes exemplos:

- a) a modernização do campo ocorreu algumas vezes até de forma mais acentuada que nas cidades, do ponto de vista da difusão de tecnologias, da racionalidade técnica e da divisão do trabalho;
- b) o espaço rural também é transformado e produzido pelos homens, não se restringindo a artificialidade às cidades;

c) a indústria está presente tanto nas cidades quanto nas áreas rurais, principalmente com a desconcentração espacial e redução do tamanho das fábricas.

Analisando o processo de urbanização, pode-se dizer que grande quantidade de cidades formadas, principalmente aquelas com menos de 20 mil habitantes, não podem ser consideradas integrantes do sistema de cidades (WANDERLEY, 2001), pois para a autora, o modo de vida da população delas traz uma especificidade própria da ruralidade brasileira. Abramovay (2000) as chama de cidades rurais. Isso faz com que a definição de população rural e urbana, utilizando os critérios do IBGE como base, seja bastante criticada por diversos autores, que buscam definir e valorizar a ruralidade, abolindo a ideia de “carência” e “atraso”.

De acordo com Marques (2002), a despeito de cerca de 80% da população brasileira residir em zonas urbanas, segundo dados do Censo do IBGE de 2000, grande parte do território nacional permanece rural e apresenta forte potencial agrícola.

Abramovay (2000, p. 1) afirma que, a cada censo, prossegue o aumento da taxa de urbanização no Brasil, fazendo com que esta “constatação — lamentada como perda ou celebrada como sinal de progresso — seja raramente contestada”.

Para Wanderley (2009), há uma extensão exagerada das zonas urbanas, uma vez que o IBGE se baseia em uma legislação que considera os limites político-administrativos definidos pelos próprios municípios, interessados na arrecadação de impostos. Para a autora, os municípios não comprovam sua capacidade de oferecer funções urbanas adequadas, atendendo apenas ao mínimo de equipamentos de infraestrutura e serviços legalmente necessários para considerar uma zona como urbana.

Para os autores Abramovay e Wanderley, esse tipo de critério leva a uma desqualificação do rural, entendido como zonas que ainda não são urbanas, ou seja, aquelas fora do perímetro urbano.

Schneider e Blume (2004) reforçam esse ponto de vista, citando estudo de Veiga, que afirma que é equivocado e reducionista vincular a ruralidade a um critério normativo como o do IBGE, pelos motivos apontados por Wanderley (2009), e propõe a utilização da densidade demográfica e do patamar de população para separar o rural do urbano, privilegiando atributos ambientais como definidores da ruralidade.

Como afirma Marques (2002), geralmente as definições elaboradas sobre o campo e a cidade podem ser relacionadas a duas grandes abordagens: a dicotômica e a de *continuum*. A primeira trabalha com a ideia de oposição de campo e cidade, enfatizando as diferenças entre estes espaços enquanto a segunda advoga a ideia de que o avanço da urbanização modificou profundamente a sociedade, inclusive o espaço rural, que o aproximou da realidade urbana.

A segunda perspectiva parece ser dominante, baseada principalmente no pensamento de Lefebvre, sendo defendida por diversos autores. Monte-Mór *apud* Soares et al (2014) afirma que houve uma urbanização extensiva, que dificultou a definição das fronteiras entre rural e urbano, por conta das inter-relações entre esses espaços.

Rua (2005) também concorda com essa perspectiva, ao afirmar que rural e urbano são resultados de interações múltiplas, transescalares, não hierarquizadas e que o rural se torna cada vez mais diferente de agrícola. Ele conclui que:

[...] há uma espacialidade integrada a um “urbano” difundido por todo o território; que há um rural, com leituras particulares (criações locais) desse movimento mais amplo, que interage com aquele “urbano”; que essas interações transformam os espaços rurais em territórios híbridos (resultado dessas interações) nos quais se dão variadas formas de apropriação e dominação; que as marcas dessa hibrididade são as “urbanidades no rural”, integradoras das múltiplas escalas que a ação política exige. (RUA, 2005, p. 61).

Dessa forma, para o referido autor, isso resultou em uma ressignificação do rural e da natureza.

Para Alentejano (2003), o elemento central para diferenciar o rural do urbano, é a relação dos atores com a terra. No urbano, as relações são globais, descoladas do território, enquanto que no rural, há uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa.

Abramovay (2000) também contribuiu com o debate, fazendo um estudo sobre a ruralidade em países desenvolvidos e da OCDE. Para ele, a ruralidade é um conceito territorial e não setorial. Apoiado na literatura internacional, o autor afirma que três aspectos básicos sobre o meio rural são comuns: a relação com a natureza, que é o contato mais próximo com o meio natural do que no meio urbano, não apenas como um espaço produtivo, da agropecuária, mas importante do ponto de vista social; a importância das áreas não densamente povoadas, que abrigam no *rms* (palavra latina que significa espaço aberto) diversas atividades, os espaços naturais e cultivados, povoados, pequenas cidades e zonas rurais industrializadas; dependência do sistema urbano.

Assim, Abramovay (2000, p. 15) afirma que o “continuum rural-urbano significa que não existem diferenças fundamentais nos modos de vida, na organização social e na cultura, determinadas por sua vinculação espacial”. O meio rural deve ser compreendido por sua relação com as cidades com que se relacionam, caracterizando uma ruralidade bastante diversificada. Usando definição da FAO/SDA, o autor defende que a unidade de análise não devem ser os sistemas agrários, mas as economias regionais, sendo a agricultura parte dele, convergindo com Veiga.

Rua (2005) critica os instrumentos normativos para diferenciar urbano e rural, citando os trabalhos de Veiga e Abramovay, mas reconhece, entretanto, que é necessário buscar formas de analisar o real, desde que a utilização desses instrumentos disponíveis seja cuidadosa.

Dessa forma, depois de discutidas as diferentes definições de rural e urbano, campo e cidade, para o propósito do presente artigo, será utilizado o enfoque territorial para fazer essa diferenciação, operacionalizado por meio da abordagem Territorial Escalar Hierarquizada (TEH) desenvolvida por Schneider e Blume (2004), para estudar a Microrregião de Pouso Alegre. Os autores buscam, ao desenvolver essa metodologia baseada nos estudos de Veiga e da OCDE, outros modos de dimensionar o tamanho e a localização do rural no espaço, focalizando as dinâmicas e a interação dos grupos sociais nele. Os autores fazem uma importante ressalva: o uso do termo território nesse caso é no sentido instrumental, que pode permitir futuramente a análise territorial. Isso quer dizer que o conceito nesse caso é diferente do que a Geografia utiliza habitualmente.

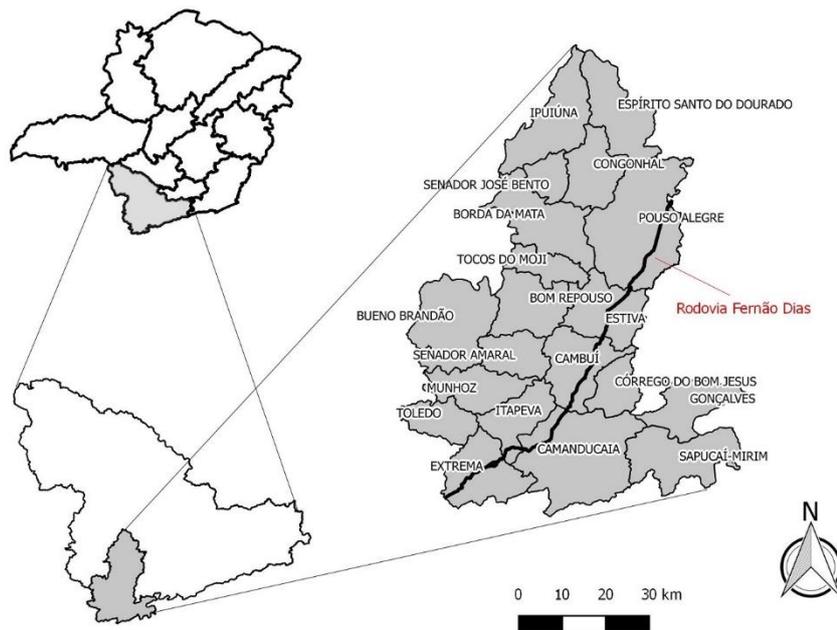
A TEH possui dois níveis: local e regional. No nível local, os municípios são considerados rurais se tiverem a densidade demográfica menor que 80 hab./km², enquanto que os municípios que tiverem uma densidade maior que 80 hab./km² e/ou mais de 100.000 habitantes para a população total. No nível regional, são três categorias: Essencialmente Rural, quando mais de 50% do total da população da região habita unidades locais rurais; Relativamente Rural, quando a população regional apresentar entre 15 e 50% habitando em unidades locais rurais; Essencialmente Urbana, no caso da população regional que habita as unidades locais rurais apresentar menos de 15%. (Schneider e Blume, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Microrregião de Pouso Alegre está localizada na Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais e é composta por 20 municípios, conforme pode ser observado na Figura 02. Como citado

na introdução do artigo, a localização próxima ao estado de São Paulo e a duplicação da Rodovia Fernão Dias foram fatores que atraíram indústrias para a microrregião, notadamente para os municípios de Pouso Alegre e Extrema.

FIGURA 02: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE POUSO ALEGRE



FONTE: Elaborado por CAMILO (2019)

Pouso Alegre é a única cidade média da região, que com seus 130.615 habitantes (IBGE, 2010) concentra aproximadamente 40% da população da microrregião. Dos outros 19 municípios, 16 tem população total menor que 20 mil habitantes e os outros 3 tem entre 20 e 50 mil habitantes, sendo que Camanducaia tem menos de 20 mil na área urbana. Essa característica demonstraria a ruralidade da região, pois conforme Wanderley (2001), as cidades com menos de 20 mil habitantes na área urbana não fariam parte de um sistema de cidades. Os dados de cada município estão na Tabela 01.

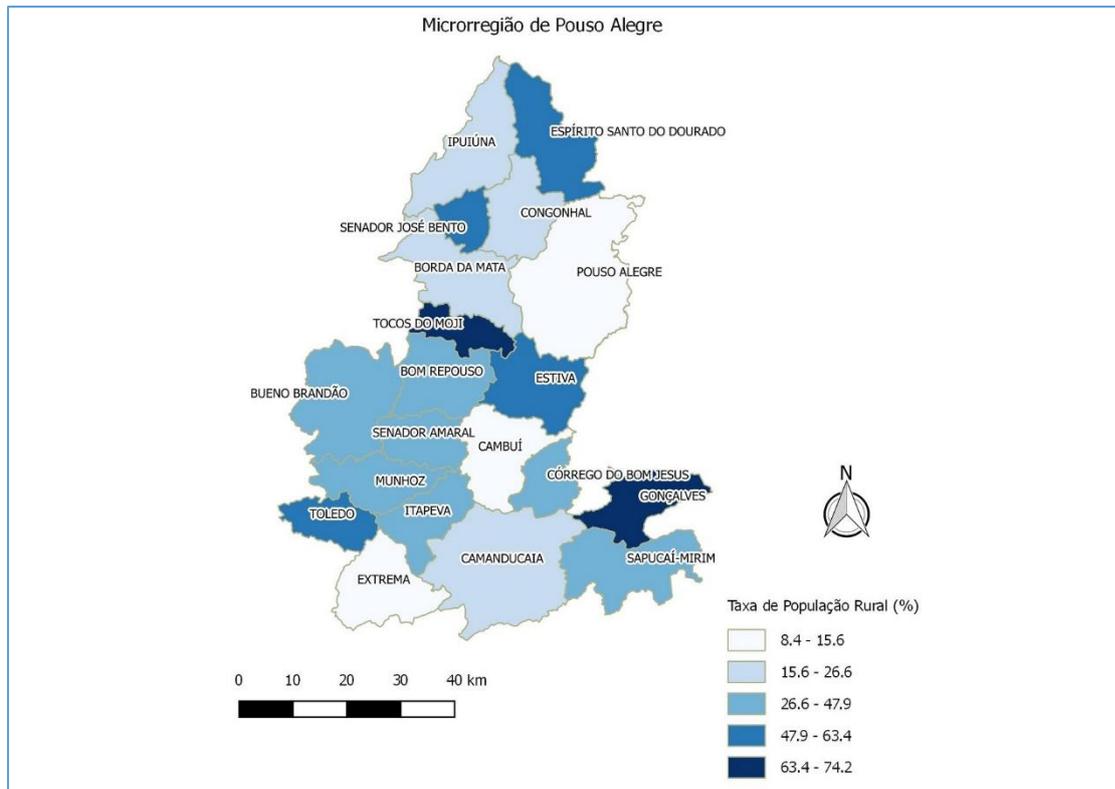
TABELA 01: POPULAÇÃO, PEA AGRÍCOLA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE POUSO ALEGRE

Nome do Município	População Total	População Urbana	População Rural	PEA Agrícola	Densidade demográfica (Hab./Km ²)
Bom Repouso	10.457	5.679	4.778	2.971	45,50
Borda da Mata	17.118	13.718	3.400	1.271	56,85
Bueno Brandão	10.892	5.674	5.218	3.558	30,58
Camanducaia	21.080	15.469	5.611	1.136	39,89
Cambuí	26.488	22.359	4.129	1.504	108,31
Congonhal	10.468	7.755	2.713	1.882	51,03
Córrego do Bom Jesus	3.730	2.049	1.681	907	30,17
Espírito Santo do Dourado	4.429	1.683	2.746	2.381	16,78
Estiva	10.845	4.899	5.946	3.319	44,47
Extrema	28.599	26.023	2.576	1.430	116,93
Gonçalves	4.220	1.164	3.056	747	22,52
Ipuiuna	9.521	7.448	2.073	1.789	31,93
Itapeva	8.664	4.511	4.153	964	48,85
Munhoz	6.257	3.319	2.938	901	32,66
Pouso Alegre	130.615	119.590	11.025	4.866	240,51
Sapucaí Mirim	6.241	3.783	2.458	390	21,89
Senador Amaral	5.219	3.101	2.118	1.635	34,54
Senador José Bento	1.868	683	1.185	672	19,90
Tocos do Moji	3.950	1.018	2.932	1.769	34,44
Toledo	5.764	2.190	3.574	1.096	42,14
TOTAL	326.425	252.115	74.310	35.188	–

FONTE: Organizado pelo autor baseado em Alves (2018). Dados extraídos do IBGE – Censo Demográfico de 2010 e Censo Agropecuário de 2006.

Conforme poderá ser observado na Figura 03, é significativo o percentual da população desses municípios que vive no espaço rural, sendo que em 6 deles a população rural supera a urbana: Estiva, Espírito Santo do Dourado, Gonçalves, Senador José Bento, Tocos do Moji, Toledo. Em Tocos do Moji e Gonçalves, mais de 70% das pessoas vivem no campo.

FIGURA 03: TAXA DE POPULAÇÃO RURAL NA MICRORREGIÃO DE POUSO ALEGRE



FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 2010. Elaborado por CAMILO (2019).

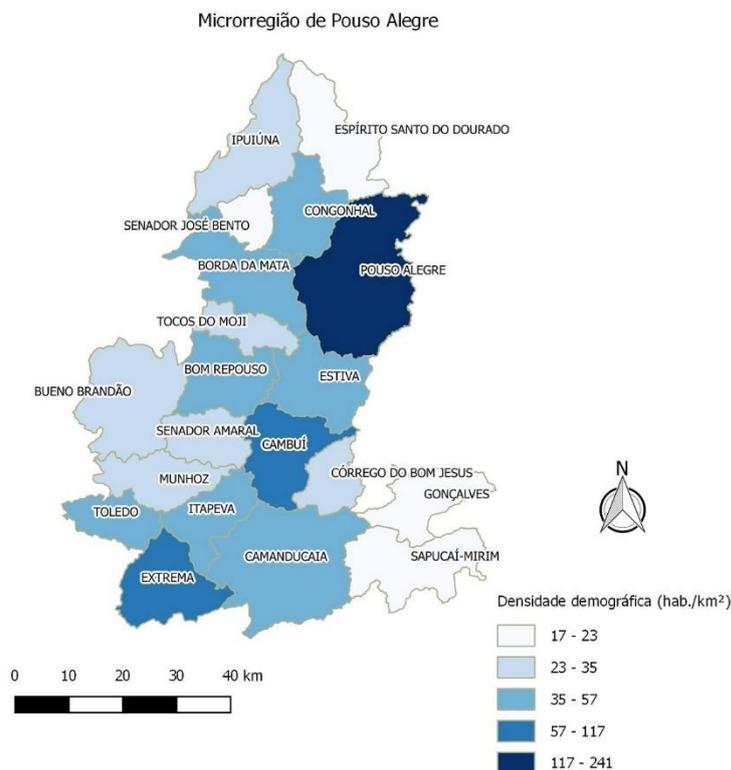
Aplicando a metodologia Territorial Escalar Hierarquizada (TEH) desenvolvida por Schneider e Blume (2004), com os dados da Tabela 01, verifica-se que, no nível local, apenas três municípios são considerados urbanos: Cambuí, Extrema e Pouso Alegre. Destes, somente Pouso Alegre tem população significativa, superior aos 100 mil habitantes, enquanto que os outros dois possuem alta densidade demográfica, superior a 80 hab./km², mas uma população que não atinge nem 30 mil habitantes. Conforme pode ser observado na Figura 04, os municípios que possuem as maiores densidades demográficas estão às margens da Rodovia Fernão Dias.

Considerando o nível regional, como 43% da população da microrregião se encontra em unidades locais rurais, ela é considerada Relativamente Rural. Isso quer dizer que essa população ocupa uma superfície de 4.318 km², ou seja, aproximadamente 80% da área total da microrregião, que é de 5.350 km².

Todavia, quando se observa os dados da População Economicamente Ativa Agrícola da microrregião, apenas 10,7% da população total atua nesse tipo de atividade. Mesmo nos municípios em que a população rural supera a urbana, nem todos tem taxa significativa da PEAA. Exemplo disso são os municípios de Gonçalves e Toledo, que tem taxas de população rural de 72,42 e 62,01%, respectivamente, enquanto os percentuais da PEAA são de 19,01 e 17,7%.

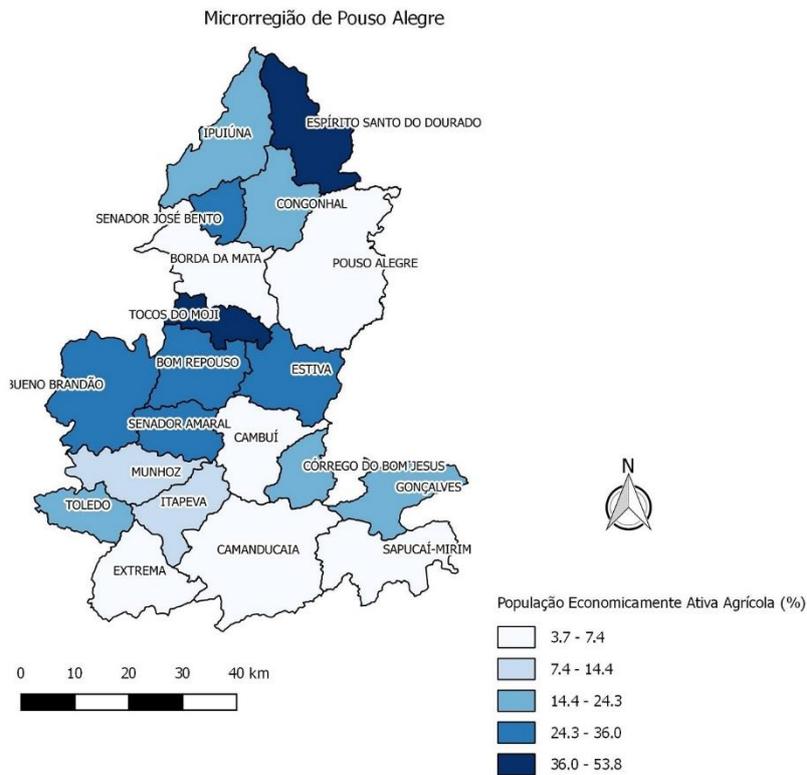
A Figura 05 mostra a PEAA para os municípios da microrregião. Como pode ser verificado analisando o mapa e a Tabela 01, todos os municípios têm uma população rural maior que a PEAA, demonstrando que as pessoas moram no campo, mas não estão ocupadas nele. Somente as cidades Espírito Santo do Dourado e Tocos do Moji, que tem produção de morango, tem percentuais acima de 36% de PEAA. Situação bastante diferente foi encontrada na microrregião de Alfenas, também no Sul/Sudoeste de Minas Gerais, por Alves (2018), em que a maioria dos municípios apresenta PEAA superior à população rural, ou seja, as pessoas moram nas cidades mas executam atividades agrícolas.

FIGURA 04: DENSIDADE DEMOGRÁFICA NA MICRORREGIÃO DE POUSO ALEGRE



FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 2010. Elaborado por CAMILO (2019)

FIGURA 05: POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA AGRÍCOLA NA MICRORREGIÃO DE POUSO ALEGRE



FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 2010. Elaborado por CAMILO (2019).

Para tentar compreender quais as atividades geram mais receitas na microrregião, apresenta-se a Tabela 02, que mostra o Produto Interno Bruto, separado por setores e qual a participação de cada município na Microrregião de Pouso Alegre.

Analisando a tabela acima, percebe-se que os três maiores valores e conseqüentemente maior participação na microrregião são justamente os municípios considerados urbanos na metodologia TEH, com grande parte de suas receitas geradas pelos setores de Serviços e Indústria: Pouso Alegre, Extrema e Cambuí. O destaque no setor da Agropecuária é Estiva, que ocupa a sétima posição na tabela, por conta da produção de morangos.

TABELA 02: PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS, SEPARADOS POR SETORES E SUA PARTICIPAÇÃO NA MICRORREGIÃO DE POUSO ALEGRE

Nome do Município	PIB (Mil Reais)	Participação aprox. do PIB de cada município na microrregião (%)	PIB Agropecuária (%)	PIB Indústria (%)	PIB Serviços (%)
Pouso Alegre	6.554.233	44,40	1,34	23,58	64,54

Extrema	5.086.138	34,45	0,19	31,13	64,62
Cambuí	866.629	5,87	3,07	34,47	48,12
Camanducaia	475.381	3,22	5,30	31,38	44,70
Borda da Mata	290.811	1,97	6,83	21,64	46,33
Itapeva	229.509	1,55	3,05	11,39	66,24
Estiva	229.222	1,55	27,34	5,86	48,00
Congonhal	168.457	1,14	5,28	29,65	38,85
Ipuiuna	134.161	0,91	20,33	6,74	45,45
Bueno Brandão	125.723	0,85	18,14	5,76	44,35
Bom Repouso	121.244	0,82	25,41	6,21	34,98
Sapucaí Mirim	83.435	0,57	14,17	7,41	44,64
Espírito Santo do Dourado	71.301	0,48	25,60	15,21	30,67
Munhoz	64.523	0,44	11,86	10,95	40,60
Toledo	53.857	0,36	15,30	6,36	33,92
Gonçalves	50.603	0,34	11,56	8,29	41,71
Senador Amaral	50.411	0,34	23,89	4,86	28,91
Tocos do Moji	49.792	0,34	32,05	4,85	28,45
Córrego do Bom Jesus	32.626	0,22	12,72	4,19	33,96
Senador José Bento	23.932	0,16	30,03	4,21	25,42

FONTE: IBGE – Sistema de Contas Nacionais – Produto Interno Bruto dos Municípios - Referência 2010 – Ano 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da restrição colocada por Schneider e Blume (2004), com a TEH foi possível realizar uma análise bastante pertinente do tamanho do rural e do urbano na região de Pouso Alegre. A análise por esse método demonstra um grau médio de ruralidade, ou seja, nos termos dos autores, essa microrregião é Relativamente Rural.

Utilizando os critérios do IBGE, de uma população de 326.425 na microrregião, 252.115 habitantes ou 77%, é considerada urbana, enquanto que pelo método de Schneider e Blume, o percentual de pessoas vivendo nas unidades locais consideradas urbanas (Pouso Alegre, Cambuí e Extrema) cai para 56%.

Entretanto, conforme foi demonstrada na análise da População Economicamente Ativa, a atividade agropecuária não emprega quantidade significativa de pessoas que habitam o espaço rural dos municípios. São necessárias mais pesquisas para compreender melhor essa realidade, que pode ser explicada por diversos fatores, como atividades não agrícolas, migrações pendulares para trabalho nas cidades ou mesmo uma tendência observada por Abramovay (2000) nos países desenvolvidos, em que é muito baixa a taxa de emprego na agropecuária.

Seria importante fazer um estudo para Minas Gerais, que tem características próprias, para verificar se os indicadores da TEH poderiam ser outros, como os próprios autores Schneider e Blume (2004) sugerem, bem como estudos sobre os principais aspectos que influenciam a ruralidade na região de Pouso Alegre, como o perfil dos produtores, principais produtos comercializados, modos de vida, etc. Isso proverá um conhecimento mais aprofundado que permitirá propor um planejamento regional que seja justo com os “rurais”, que podem vir a ser desconsiderados com a expansão urbana e industrial.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Do setor ao Território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *In: Inter-relações entre as transformações demográficas e a agenda social*. Texto para discussão IPEA, São Paulo/Rio de Janeiro, 2000. n°. 702.
- ALENTEJANO, P.R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. p.25-39. **Terra Livre**. v.2, n.19, 2003.
- ALVES, F.D. Cidades pequenas no Sul de Minas Gerais: ruralidades presentes no território. *In: FERREIRA, FERREIRA, M.M. e VALE, A.R. (Orgs). Dinâmicas Geográficas no Sul de Minas Gerais*. Curitiba, PR : Appris Editora, 2018.
- BRANQUINHO, E. S., SILVA, L. S.. A reestruturação das cidades médias: o caso de Alfenas no Sul de Minas Gerais *In: FERREIRA, M.M. e VALE, A.R. (Orgs). Dinâmicas Geográficas no Sul de Minas Gerais*. Curitiba, PR : Appris Editora, 2018.
- DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades I. p.141-148. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro. v.2, n.14, 1944a.
- DINIZ, A.M.A. e BATELLA, W.B. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia. v. 17, n.33, dezembro, 2005.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: fev. 2019
- MARQUES, M.I.M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, n.19, 2002.
- RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPGE**, n.2, 2005.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 197, p. 109-135, jul./dez. 2004.

SOARES, J.M.; SIOLARI, M.; DIAS, F.S. Hábitos e modos de vida no interior de Minas Gerais: uma contribuição ao debate sobre a relação cidade-campo no Brasil contemporâneo. **Labor & Engenho**, Campinas. v.8, n.1, p.05-17, 2014.

WANDERLEY, M.N.B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 60-85, 2009.

_____. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a cidade pequena e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios de Pernambuco. Recife, 2001. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/Pequenos-Munic%C3%Adpios_Nazareth-1.pdf>. Acesso em: fev. 2019.